



# Anais da Assembleia

Nº 75

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 1989

ANO XV

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 004/89

DATA: 23 de agosto de 1989

SÚMULA: Modifica o Regimento Interno da Assembleia Constituinte Estadual. (Resolução nº 003/88).

A Assembleia Constituinte do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - O art. 22 e seus parágrafos da Resolução nº 03/88, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22 - Procedida a leitura o projeto de Constituição será incluído na Ordem do Dia da sessão imediatamente seguinte, nela permanecendo o tempo necessário para a discussão e aprovação em primeiro turno.

§ 1º - O prazo para apresentação de Emenda ao Projeto I, da Constituição do Estado do Paraná, encerra-se no dia 21.08.89.

§ 2º - Serão inaceitáveis emendas que visem substituir integralmente o projeto de Constituição, ou que digam respeito a mais de um dispositivo, a não ser que tratem de modificação correlata, de maneira a que a alteração relativamente a um dispositivo, imponha a alteração ou a supressão de outros.

§ 3º - Para fins deste Regimento, por dispositivo entende-se o artigo, o parágrafo, o item, o inciso e a alínea.

§ 4º - A emenda deverá indicar com precisão o dispositivo a modificar ou suprimir e, quando aditiva, o capítulo e a seção onde deva ser incluída, sendo vedada a expressão 'inclua-se onde couber' ou 'assemelhada'."

Art. 2º - O parágrafo único do art. 24 da Resolução nº 03/88, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 - ...

Parágrafo Único - Encerrado o prazo a que se refere o § 1º do art. 22, as emendas oferecidas ao projeto serão remetidas ao Relator, a quem caberá, no prazo de 07 (sete) dias, exarar pareceres sobre elas, encaminhando-as à Mesa."

Art. 3º - O art. 25 da resolução nº 03/88, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 - A Mesa Providenciará a publicação dos pareceres do Relator em avulsos, distribuindo-os aos deputados constituintes.

Parágrafo Único - Após 24 (vinte e quatro) horas da distribuição dos avulsos, proceder-se-á a votação do projeto em primeiro turno."

Art. 4º - O § 4º do art. 27 da Resolução nº 03/88, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - ...

§ 3º - ...

§ 4º - As emendas com subemendas do Relator serão votadas englobadamente, salvo se ao contrário solicitarem pelo menos 5 (cinco) deputados constituintes, sendo as subemendas substitutivas, modificativas ou extintivas votadas antes das respectivas emendas."

Art. 5º - O art. 28, da Resolução nº 03/88, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28 - Votados o projeto e as emendas voltará a matéria ao Relator, pelo prazo de 03 (três) dias, para redação do vencido."

Art. 6º - O art. 29, mantidos os parágrafos, da Resolução nº 03/88, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29 - Concluído o trabalho do Relator, levá-lo-á a Mesa publicação em avulso, distribuindo o projeto de Constituição, abrindo o prazo de 05 (cinco) dias para emendas e incluindo-o na Ordem do Dia pelo tempo necessário à sua aprovação:

Art. 7º - O art. 30, da Resolução nº 03/88, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30 - Na hipótese de oferecimento de emendas pelos deputados constituintes, serão elas submetidas ao Relator, que emitirá pareceres no prazo de 05 (cinco) dias".

Art. 8º - O art. 31, mantido o parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 31 - Os pareceres do Relator serão publicados em avulsos e distribuídos, processando-se, após 24 (vinte e quatro) horas, a votação do projeto em segundo turno.

Art. 9º - O art. 32, mantido o § 2º, da Resolução nº 03/88, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32 - Concluído o processo de vo-

tação, retornará ao Relator para o fim de redação final, no prazo de 02 (dois) dias.

§ 1º - Recebida a redação final, a Mesa a fará publicar e a distribuirá em avulso, abrindo o prazo de 02 (dois) dias para o oferecimento de emendas.

§ 2º - .....

§ 3º - Havendo emendas de redação, a matéria será enviada ao Relator, que no prazo de 02 (dois) dias sobre elas emitirá pareceres que serão publicados em avulsos e distribuídos, processando-se, após 24 (vinte e quatro) horas, a votação do projeto em redação final, em turno único".

Art. 10 - O § 2º do art. 68, da Resolução nº 03/88, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 68 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - As matérias constitucionais considerar-se-ão aprovadas quando obtiverem a maioria absoluta de votos favoráveis".

Art. 11 - Os artigos 63 e 64, da Resolução nº 03/88, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63 - Serão verbais e sempre deferidos, os requerimentos que solicitarem:

a). a palavra;

b). votação por determinado processo.

Art. 64 - Sujeito sempre à deliberação do Plenário, serão escritos, não dependem de apoio, não terão discussão nem encaminhamento, os requerimentos que versem sobre:

a). discussão e votação de proposições, por partes;

b). encerramento de discussão;

c). preferência;

d). informações oficiais;

e). a retirada de requerimento;

f). a retirada de proposição com parecer contrário."

Art. 12 - Fica suprimido o art. 26, da Resolução nº 03/88.

Art. 13 - Esta Resolução entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 23.08.89.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1989.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Eduardo Baggio.

A hora regimental é registrada a pre-

sença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Caio Quintana, David Cherigate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrarini Júnior, Hernas Brandão, João Arruda, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namiir Placentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Villela. (35). Ausentes os Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pagliesi, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Linfolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Milton Barbosa, Paulo Furiatti e Rafael Greca. (19)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 61/89

Curitiba, 18 de agosto de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de Convênios, celebrados em 17 de julho de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de Amaporã, Apucarana, Atalaia, Campo Mourão, Centenário do Sul, Cianorte, Cidade Gaúcha, Colorado, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Icaraima, Japurá, Loanda, Mandaguáçu, Maria Helena, Mirador, Nossa Senhora das Graças, Nova Londrina, Nova Olímpia, Paçandu, Palotina, Paraíso do Norte, Paranavai, Planaltina.

na do Paraná, Querência do Norte, Ribeirão do Pinhal, Rondon, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, Tamboara, Terra Boa, Terra Rica e Xambrê, objetivando a execução de obras destinadas ao controle de erosão urbana nos respectivos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ

Governador do Estado em exercício  
À Diretoria Legislativa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 1705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o cancelamento do Regime de Urgência e a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 11/85, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) ANTONIO COSTENARO NETO

Apoiamento: Eduardo Baggio e Pirajá Ferreira.

##### REQUERIMENTO N° 1706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o projeto de Resolução n° 44/89, item n° 04 da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

##### REQUERIMENTO N° 1686

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

##### REQUERIMENTO N° 1685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um

voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. MARGARIDA FONSECA NEIA BAGGIO, professora estadual de Ribeirão Claro.

Tal passamento vem consternar a sociedade, deste Município, face aos dotes morais da extinta.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

##### REQUERIMENTO N° 1689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DELCI JOSÉ GREZZANA, ocorrido em 19 de agosto de 1989 em União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 19 de agosto de 1989, faleceu na cidade de União da Vitória o comerciante Delci José Grezzani, deixando viúva a Senhora Rosane e 1 filho menor.

O passamento de Delci veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Delci José.

A Assembléia do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Grezzana, endereçando a ela voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

##### REQUERIMENTO N° 1698

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor FRANCISCO DOS SANTOS MORAIS, ocorrido dia 18 de agosto de 1989, em Lins, Estado de São Paulo, que deste requerimento seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O senhor Francisco dos Santos Morais, membro de tradicional família de Campo Mourão, deixa entre os que o conheceram

uma lacuna, que dificilmente será preenchida. Campo Mourão, perdeu um cidadão, cuja vida inteira foi dedicada à sua terra, transmitindo aos seus filhos o amor à terra natal e a luta incessante, para o seu desenvolvimento. Seu filho Sr. Anísio Moraes, através do seu programa radiofônico, leva ao povo de Campo Mourão, seu espírito de luta herdado do seu progenitor.

#### REQUERIMENTO N° 1688

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de voto de regozijo pela passagem do 37° ano de fundação do Município de Cruzeiro do Oeste, a ser comemorado no dia 25 de Agosto próximo.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Cruzeiro do Oeste, que comemorará os seus 37 anos de existência e Emancipação política/administrativa é um exemplo de prosperidade.

Em razão às festividades de aniversário, justo que se tribute nossos cumprimentos às autoridades que condignamente representam aquela municipalidade, despondo como meio de concentração do progresso e desenvolvimento da região, mercê do entendimento, da harmonia e pujança do seu povo.

Assim unimo-nos nas festividades de comemoração, manifestando por meio de votos de congratulações quanto nos honra fazermos parte do povo de Cruzeiro do Oeste.

Requer ainda o envio de cópia do mesmo, aos Excelentíssimos Senhores:

1 - ANTONIO ALBERTO SCOPARO  
Digníssimo Prefeito Municipal  
à Rua J. E. Resende, 686  
87.400 - CRUZEIRO DO OESTE - PR.

2 - ANTONIO MAZZEI  
Digníssimo Vice-Prefeito  
à Rua J.E. Resende, 686  
87.400 - CRUZEIRO DO OESTE-PR.

3 - CARLOS CERQUEIRA MARTINS e demais Vereadores.  
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal à Rua E.Mercer Jr., 368  
87.400 - CRUZEIRO DO OESTE - PR.

#### REQUERIMENTO N° 1690

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de saudades ao inesquecível Presidente GETÚLIO DORNELES VARGAS pela passa-

gem do 35° aniversário de seu falecimento.

Requer, outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência à família Vargas, por intermédio do Senhor Governador MOREIRA FRANCO do Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O povo brasileiro lembra com muita emoção o Presidente GETÚLIO VARGAS. Há trinta e cinco anos o choro e o espanto tomava conta de todo o País com a surpreendente notícia de que o grande brasileiro havia se suicidado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, sede do Governo até a construção de Brasília, seis anos após.

Era uma manhã, fria, 24 de agosto de 1954, chegava ao fim uma vida brilhante, que comandou o Brasil durante quinze anos, como ditador, voltando para mais quatro anos eleito pelo voto popular. Getúlio Vargas, pioneiro das leis trabalhistas, criador do Código de Minas, Código das Águas, Petrobrás, Volta Redonda, entre tantos outros, saía para entrar na história, como ele muito bem escrevera na carta testamento, momentos antes de tomar o ato final. Nascido em São Borja (Rio Grande do Sul) à 19 de abril de 1883, abraçara a vida política tão intensamente, que o seu governo estendeu-se como o mais longo da República.

Toda a existência de Getúlio Vargas foi vivida sob o selo da grandeza; grandes dedicações, grandes ódios, grandes acertos e grandes erros. Nada é pequeno nele. Ao se falar do menino de São Borja, que atingiu as culminâncias deste País, tem-se de julgá-lo fora dos padrões comuns, abstrair simpatias ou malquerenças, e encará-lo como algo de excepcional, como símbolo de uma era que, se não foi das mais brilhantes historicamente, permitiu pelo menos a adoção no Brasil de práticas sociais e a passagem do capitalismo liberal para o estágio em que é controlado e vigiado pelo Estado, em benefício do bem comum.

#### O BERÇO.

São Borja, como diz André Carrazoni, ou São Francisco de Borja, que é o nome completo, constituiu um dos sete Povos das Missões Jusuítas. Por causa da rusticidade de sua origem e por situar-se perto da fronteira, há em toda ela um traço de fortaleza interiorana, uma fisionomia em que a melancolia e a severidade se mesclam.

Em 1880, já passada de vila a cidade, São Borja, edificada em terreno elevado que avança para o Rio Uruguai, contava dentre as numerosas casas, com uma de aparência melhorada, residência do Cel. Manoel do Nascimento Vargas, fazendeiro, homem de influência, ligado pelo casamento à outra família tradicional do lugar, os

Dorneles. Voluntário na Guerra do Paraguai, Manoel conquistara pela bravura os galões de oficial. E partira simples soldado. Aos 25 anos, regressando, ileso, dos 21 combatentes e mil entreveros, passou a comprar gado, percorrendo a rota de São Borja, Itaqui, Santiago do Boqueirão e São Luiz, resolvendo casar-se, o fez com Dona Cândida Dorneles. Nasceram Viriato e Protásio, precedendo no dia 18 de abril de 1883, em que Getúlio veio ao mundo para começar sua longa caminhada.

A infância de Getúlio decorreu em São Borja e na fazenda "Triunfo", que era a propriedade da família, entregue aos livros, tornou-se concentrado e sério. Gostava de ouvir conversa de gente grande, já aos sete anos. Pinheiro Machado, o grande caudilho, deslumbrou-o muitas vezes. E foi profético, ao reparar na atenção do menino: "Vargas, esse menino irá longe: quem sabe se aqui não estará um dos futuros chefes da República que tanto nos preocupa."

Com o furor da revolução Federalista, o Cel. Manoel do Nascimento Vargas resolveu não ficar indiferente. E empenhou-se nela com tal denodo que Floriano Peixoto concedeu-lhe a patente de general de exército.

Getúlio criou-se nesse mundo, a dois passos da fronteira argentina, sob a inspiração das histórias dos caudilhos e da barbárie de uma guerra fratricida, que chegara a atingir sua própria família; o tio, Dinarte Dorneles, "maragato", batera-se contra o pai, que defendia a causa dos "chimangos". Aos 12 anos, como recorda, ainda, Carrazoni um dos biógrafos de Getúlio "a manhã de seu pequeno universo, banhada de luz e som, já não parecia tão bela".

#### A EDUCAÇÃO

Getúlio Vargas fez seus estudos primários no colégio particular do Prof. Fabriciano Júlio Braga e já aí revelava qualidades de liderança e de força de vontade. Certa vez não quis ir a aula. Pediu-lhe, o pai, explicações, tendo o menino respondido contrariado: "Não há colégio hoje". Voltou o pai: "Como não há, se hoje é dia útil"? E Getúlio: "É porque eu decidi que não houvesse ..."

Acompanhando os irmãos mais velhos, Getúlio foi estudar em Ouro Preto e ali vestiu suas primeiras calças compridas. Mas a permanência foi rápida. Regressou a São Borja e já o vemos, em 1898, como praça do 6º Batalhão de Infantaria, ali sediado, cumprindo a promessa que fizera a si mesmo, em menino, de se tornar soldado. Em 1899, já era 2º sargento. O ambiente militar, porém, numa época em que o exército não tinha suficiente formação profissional, decepcionou-o. Nesse mesmo ano,

autorizado pelo Ministro da Guerra, ingressou na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, primeiro degrau do oficialato. Lembra-se dele, à época, "que já repelia o excessivo, sem excesso. Possuía o senso da medida, o gosto da proporção, com o desprezo equivalente da ênfase, da exuberância e da ostentação".

Foi nessa escola que se deu um fato que privaria o Brasil de mais um soldado, dando-lhe em contrapartida, um político. Findara o primeiro ano; Getúlio, com notas altas, já cursava o segundo. Em determinado dia o Capitão Marco Antonio, Teles Ferreira, oficial muito antipatizado pelos alunos, observou que alguns cadetes haviam respondido a chamada por outros colegas, então ausentes. Ficou já aí de mau humor. Mais tarde, faltando água, os alunos reclamaram em altas vozes. A paciência do oficial-de-dia acabou. A uma comissão de alunos que fora reclamar-lhe providências recebeu mal, tendo o porta-voz ainda levado um empurrão do superior, que o chamou de cínico. O cadete não se conteve e disse: "Cínico é você, bandido".

Houve inquérito e puniram-se os responsáveis. A 15 de maio de 1902, o comandante da escola determinou o desligamento de vários envolvidos.

Embora não tendo participado dos incidentes, o cadete Getúlio decidiu solidarizar-se com companheiros, o mesmo fazendo outros colegas seus. E no dia seguinte, em nova portaria, desligava-se o rapazinho de São Borja. Mas, por força de lei, teria de cumprir o restante do tempo de serviço, em corpo de tropa. Designado para servir em Porto Alegre, como simples praça do 25º Batalhão de Infantaria, Vargas decidiu aproveitar os períodos de folga para estudar Direito, matriculando-se na faculdade como aluno ouvinte.

Uma anistia geral permitiu a volta dos que haviam sido desligados da Escola do Rio Pardo. Getúlio não queria saber mais da vida militar. Mas o agravamento da questão do Acre e a possibilidade de uma guerra com Bolívia levaram-no a mudar de idéia. Resolveu impedir o andamento do seu pedido de baixa e seguiu com o próprio 25º para Corumbá, no Mato Grosso, para ficar na expectativa de defender nossas fronteiras. Já novamente como sargento, presenciou escoaram-se os dias. Rio Branco, com sua diplomacia hábil e patriótica, evitou a guerra. E assim Getúlio deixou de celebrar-se na arte militar como pai; o Tratado de Petrópolis o impediu...

#### VIDA DE ACADEMICO.

Desligado do Exército aos vinte anos, Vargas voltou a faculdade de Direito de Porto Alegre, indo morar na "República Infernal" ou "Pensão do seu Madeiros", na Rua Riachuelo, onde se tornou íntimo amigo

de Firmino Paim Filho e Leonardo Truda, entre outros. Sua vida aí se resumia no indefectível chimarrão, manhã cedo, no ouvir contar anedotas e escrever e ler até ir para a aula, percorrendo, também os "sebos" de Porto Alegre, à procura de livros raros. Em 1905, Getúlio conheceu outro estudante de Direito, que viria a ser sucessivamente, seu grande amigo e inimigo: João Neves da Fontoura, o que levou o alfaiate de Getúlio a dizer que ambos poderiam usar as mesmas roupas. E completou: "Os temperamentos é que diferem...."

Em 1906, Porto Alegre foi visitada por Afonso Pena, Getúlio, já reconhecido como orador, recebeu a incumbência de saudá-lo e o fez, lendo o discurso, o que era raro, pois nessa época gostava de improviso. Marcou época. E já dizia aí, como menciona Queiroz Júnior em suas "Memórias sobre Getúlio": "Quem encarar o progresso humano, poderá compará-lo a uma inflexível em cujos extremos se acham polarizadas as duas forças opostas, ambas perturbadoras do desenvolvimento normal da sociedade: os conservadores e os revolucionários".

No ano seguinte, agitou-se todo o Rio Grande com a campanha sucessória, que se constituiria no único interregno do longo reinado de Borges de Medeiros, sucessor de Júlio de Castilhos na presidência do Rio Grande do Sul e do Partido Republicano local. Barbosa Gonçalves era o candidato "chimanguista" e o preferido da turma da república. Para entrar na campanha, resolveram os estudantes fundar um jornal, que tomou o nome de "O Debate", sendo Getúlio um dos redatores. Era em grande formato, imitando em tudo o "Jornal do Comércio" da época. De quando em vez, Vargas escrevia o artigo de fundo, em que insinuava a necessidade de nova ordem no campo político. Escreveu o jovem acadêmico também na revista "Panthum", fundada por João Neves, titulando seu artigo sobre Émile Zola com o lema político que seria o adotado na sua carreira pública: "Renovar-se ou perecer".

A 25 de novembro de 1907 o candidato republicano venceu as eleições. E Getúlio pôde dedicar-se aos estudos com mais intensidade para cuidar da formatura. Bacharel aos 24 anos, voltou para São Borja, abstendo-se aí das lutas forenses. No outono de 1908 foi nomeado promotor público da comarca de Porto Alegre.

#### O VARGAS HUMANO.

Empossara-se Getúlio Vargas no cargo de promotor quando, pouco depois, um sequestrador suburbano de Porto Alegre agrediu, alta noite, um operário que voltava para casa. Revidando, o trabalhador feriu-o com um formão, um dos seus instrumentos de serviço, sendo por isso conduzido ao júri. Mas o promotor pediu a sua absolvi-

ção.

Vargas fartou-se de requisitórios. No mesmo ano solicitou exoneração.

Aos 27 anos de idade, em 1909, Getúlio Vargas estava inscrito na chapa dos Deputados à Assembléia dos representantes do Rio Grande do Sul. Eleito, preparou-se para nova responsabilidade: casar-se com sua eleita, Darcy Sarmanho, de apenas 14 anos, filha de um alto comerciante de São Borja, era muito nova, razão pela qual Vargas esperou mais um ano até que a lindíssima moça de longos cabelos castanhos completasse quinze anos e se tornasse a sua mulher.

#### A RENÚNCIA.

Poucas vezes indo à tribuna, mas atuando eficazmente nas comissões, não é de admirar que Vargas fosse reconduzido a Assembléia nas eleições seguintes. Mas, para ser coerente e em solidariedade a dois colegas que haviam renunciado ao mandato, ele também o fez, para não beneficiar-se dos afastamentos dos colegas: "Nem de leve tinha se exposto a qualquer censura formal, mas se prevenia contra a mais imperceptível murmuração. Como a moral do homem privado, a do homem público seria inexpugnável comenta um biógrafo.

Regressando de Porto Alegre, após a renúncia, Vargas não ficou indiferente ao quadro político. Seu escritório de advogado era a sala onde os correligionários iam buscar orientação sobre seus problemas. A fazenda "Santos Reis" abrigou muitos dos seus ócios, participando ele das fainas típicas da terra gauchesca. Jogava algumas vezes bilhar no "Elite Clube" de sua cidade e muitas vezes conversou com crianças nos bancos da Praça 15 de Novembro, de São Borja. Viveu quatro anos de experiência, assim.

A cidade de Vargas levá-lo-ia, mais uma vez, a Assembléia dos Representantes. Para desta vez não haver mais afastamento da política, que seria a companheira, fiel e infiel, até à morte. Logo que assumiu a cadeira, foi indicado por Borges de Medeiros para ser o líder da maioria republicana. Em 1922, o Partido Republicano escolheu-o para preencher uma vaga na Câmara Federal e, como sintoma da época, valendo-se os republicanos dos vícios e fraudes eleitorais, foi facilmente eleito.

#### A REVOLTA DOS LIBERTADORES.

Quando Borges de Medeiros, contrariando a expectativa de seus próprios partidários, escolheu-se a si mesmo para disputar pela quinta vez a Presidência do Estado, os ânimos federalistas esquentaram-se novamente como em 1893, chefiados por Assis Brasil, que elegeu inclusive fraude na apuração dos votos (Vargas fazia parte da comissão), os antigos "maragatos" levantaram-se em armas por todo o Estado, mergulhando-o novamente em sangue. Getúlio não

deixou de armar um grupo de homens de São Borjá para irem socorrer seu amigo Osvaldo Aranha, sitiado pelos revolucionários. Mas a meio caminho de luta, seu concurso foi julgado mais importante na Câmara Federal, onde Borges precisava de seu talento de líder e de hábil articulador.

Interessante: para acentuar a mutação dos procedimentos e atuações, quando houve a Revolta de Isidoro, em São Paulo, no ano seguinte (1924), Getúlio condenou-a da tribuna, acremente, censurando-lhe os chefes ... Em 1930, seu pensamento se inclinaria noutra direção.

#### MINISTRO DA FAZENDA.

Em menos de dois anos de atuação, Vargas adquiriu a admiração e respeito de seus pares. Sua atuação primava pela firmeza, numa tolerância consciente; pela cultura sólida - aperfeiçoamento através da leitura constante que lhe reforçava os argumentos; e pela fineza de trato que lhe trazia simpatia e o afastamento pessoal dos ódios naquele mar de paixões em efervescência. Ao contrário das rixas personalistas que envolviam por exemplo, os adversários Flores da Cunha e Batista Luzardo, em que o plenário da Câmara virava um torvelinho ininteligível, os discursos de Vargas, pronunciados com segurança, altivez e conhecimento, eram ouvidos e respeitados sem apartes. Dir-se-ia que sua figura estava por cima dos eventos e diferenças partidárias.

Não foi surpresa que Washington Luís, precisando dar uma Pasta ao Rio Grande do Sul para contentá-lo no partilha do bolo ministerial, viesse a indicar Vargas para a Fazenda, afastando-o da liderança que, desde 1925, pertencia-lhe de direito e de fato.

#### GETÚLIO PRESIDENTE DO ESTADO.

O ritmo ascensional de Getúlio Vargas não seria interrompido aí. Ministro da Fazenda em novembro de 1926, em menos de um ano sucederia ao "Velho Borges" na Presidência do seu Estado natal. Como que prenunciando a importância de sua ascensão, sua posse foi concorridíssima. E, para surpresa geral inaugurou a política da conciliação naquele solo embebido de tanto sangue de irmãos. Quando os federalistas pensavam que Borges apenas fora substituído pelo afilhado despersonalizado, depararam com um homem de vontade férrea, que afastou o chefe republicano para uma função esvaziada de força, enquanto chamava para junto de si algumas figuras prestigiosas da ala jovem do seu partido, abrاندando, também, o clima político. Com sua posse esperanças-se os gaúchos para conseguir pela primeira vez a Presidência da República, até então feudo do eixo Minas-São Paulo, pacificado o Estado, começou a administração, que não deixou de ser bri-

lhante, com a fundação de bancos, escolas, estímulo a produção e desenvolvimento das vias férreas.

#### VARGAS PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Formada a Aliança Liberal, composta pelas situações dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, para se opor à política do "café com leite", da qual São Paulo, com a indicação de Júlio Prestes, outro paulista, se divorciara, Getúlio Vargas e João Pessoa compuseram a chapa que enfrentaria o situacionismo federal. Todavia, as alterações da ordem na Paraíba provocaram o assassinato de João Pessoa, dando-se a esse crime uma coloração política inflamadora de ânimos revolucionários, embora originalmente não o tivesse sido.

Vitorioso Júlio Prestes, como se previa, Vargas, Antônio Carlos e Osvaldo Aranha reforçaram o aliciamento de revolucionários, conseguindo subtrair algumas das influências de Luiz Carlos Prestes, à época tentando pelo canto de sereia comunista. A revolução a 3 de outubro e findou com o golpe de 24 do mês, quando uma junta militar depôs, no Rio de Janeiro, a Washington Luís guardando o poder "para o candidato esbulhado nas urnas", ou seja, Vargas.

Iniciado o governo revolucionário, logo as preocupações se voltaram para São Paulo, onde João Alberto, bravo revolucionário, não contentava a ninguém como interventor. Acentuaram-se os pruridos constitucionalistas, ao mesmo tempo em que ascendiam ao poder os "tenentes", que desejavam um tempo maior de ação revolucionária, a fim de endireitar o País.

#### A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA.

A primeira dificuldade realmente séria do Governo Provisório Getúlio Vargas foi a Revolução Paulista, deflagrada "para apressar a reconstitucionalização do Brasil", segundo seus organizadores, e taxada de "reacionária" pelos adversários. Sustentaram os paulistas, durante três meses, a luta desigual e acabaram por aceitar a trégua proposta por Vargas. Diz-se que foi aí que Vargas, pela primeira vez, pensou em suicidar-se, deixando um manifesto à Nação. De uma forma ou de outra, serviu a revolução para o aprazamento da data de 03 de maio de 1933 para a realização das eleições. A Assembleia Constituinte reuniu-se e a 16 de outubro de 1934 promulgava a nova Constituição Federal, sendo eleito ainda Getúlio Vargas para exercer a Presidência até 1938.

#### REVOLTA COMUNISTA.

Muitos dos revolucionários de 1922 a 1930 desiludiram-se dos rumos da Revolução e seguiram Prestes no desvio à esquerda. Valendo-se da Aliança Nacional Libertadora, organizada como dique à expansão do inte-

gralismo, que à época galvanizadas as Forças Armadas, sob a direção de Plínio Salgado, os comunistas organizaram um movimento de âmbito nacional para fazer ingressar o País nos rumos marxistas-leninistas. Na segunda quinzena de novembro, a insurreição estourou no Rio Grande do Norte, onde teve sucesso por algum tempo, estende-se, depois, a Pernambuco onde morreram 720 revolucionários, só no centro de Recife e ao próprio Distrito Federal, com os levantes do 3º Regimento de Infantaria e da Escola de Aviação. Mas a ação de Vargas foi rápida e se diz até que tudo foi preparado subrepticamente por ele, para esmagar a esquerda.

A consequência da Revolta Comunista foi que o "estado de guerra" estabeleceu-se no País, precedendo à ditadura.

A 10 de novembro de 1937, o Brasil mergulhava no Estado Novo, "no regime síntese das aspirações nacionais", ingressando Getúlio, ao mesmo tempo, num novo estágio de poder, que, inicialmente, acompanhando a maré mundial, voltou-se para um velado apoio ao facismo. Porém, os integralistas, que tinham ajudado a estabelecer a ditadura, foram surpreendidos com o fechamento de todas as agremiações políticas, inclusive a sua, decidindo, por isso, reagir ao sufocamento que lhes era imposto pela tática varguista, desferiram um ataque ao Palácio Guanabara, a 11 de maio de 1938, juntamente com ações combinadas no centro da cidade, para interromper as comunicações, mas a revolta falhou por falta de apoio de elementos comprometidos. Seria essa a última reação de Getúlio até o final da Segunda Guerra Mundial.

#### BRASIL E ALEMANHA.

A decisão inicial de Vargas, de conservar-se neutro diante do conflito mundial, mudou de curso quando submarinos germânicos afundaram navios e mataram centenas de brasileiros. O Brasil entrou na guerra e as preocupações internas foram sobrelevadas, por três anos, pelas maiores da escala internacional. Quando, porém, a Força Expedicionária Brasileira regressou dos campos da Itália, coberta de glórias, a ânsia pela queda da ditadura cresceu de intensidade. Vargas, arguto, sentiu que o regime não duraria muito tempo. Consentiu em que se marcassem as eleições e ele próprio estimulou o General Eurico Gaspar Dutra para concorrer com o Brigadeiro Eduardo Gomes pelo direito ao seu lugar. Mas as oposições, reforçadas agora pelo vento da liberdade que corria o Mundo, gritaram que ele estava se mobilizando para o continuismo.

A indicação do seu irmão, Benjamin Vargas, para a chefia de Polícia, de onde saiu o inatacável João Alberto Lins de Barros, precipitou a ação das Forças Arma-

das que, a 29 de outubro de 1945, o depuseram, assumindo o governo provisoriamente, o Ministro José Linhares do STF, que o passou às mãos de Dutra, eleito com o apoio de Vargas.

#### O EXÍLIO.

Embora deposto pelos militares, que se esqueceram de cassar-lhe os direitos políticos, Vargas foi eleito senador por dois Estados e deputado por sete. Até 1950, permaneceu mais no Rio Grande do Sul, no exílio voluntário, onde o visitavam raros amigos. Um filho de um fazendeiro local, chamado João Belchior Marques Goulart, ativou-o com a presença constante numa época em que todos dele se afastavam. Começou a ligação de ambos nessa oportunidade.

Os políticos confundiram-se quando tiveram que eleger o sucessor de Dutra e o cetro voltou, finalmente, para Getúlio Vargas.

Mas o homem que tomou as rédeas em 1951, depois de ter vencido o adversário tradicional de seu partido (Eduardo Gomes), era um homem diferente. Voltava mais gasto, mais sensível, mais solitário, porém desejoso de paz. A falta de contato frequente com os políticos nacionais e a ingratidão de muitos deles haviam atuado fundo no coração daquele homem aparentemente frio. Sua preocupação nessa época volta-se para o povo, como ele disse, pública e intimamente também.

#### REQUERIMENTO Nº 1691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. NIVALDO PASSOS KRÜGER, Diretor Presidente da SANEPAR, pela maneira como vem se conduzindo na administração daquela importante empresa.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Nivaldo Passos Krüger.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O atual Diretor Presidente da SANEPAR, NIVALDO KRÜGER é detentor de inúmeras qualidades como homem públicos e administrador, sendo portanto altamente qualificado para o cargo que foi convidado - muito acertadamente - pelo Governador Álvaro Dias.

Entre essas qualificações, queremos ressaltar nesta oportunidade duas que entendemos fundamentais e de mais alta importância para os municípios paranaenses: NIVALDO PASSOS KRÜGER é um municipalista

convicto e incansável trabalhador, inclusive pertencendo ao longo do tempo a diversas associações, tanto de nível estadual quanto de nível nacional, e além disso, a experiência administrativa que possui esse homem público é inegável.

Profundo conhecedor dos problemas municipais, como ex-prefeito sabe de todas as dificuldades daqueles que têm a difícil missão de administrar as comunidades paranaenses. Aliando este conhecimento, sua experiência administrativa e a incontida vocação para o trabalho, NIVALDO KRUGER está fazendo uma administração elogiável já nestes primeiros meses de atuação na empresa, o elogio parte exatamente dos prefeitos, pois tivemos oportunidade de ouvir as melhores referências ao Diretor Presidente da SANEPAR em reuniões de Associações Microrregionais.

NIVALDO KRUGER tem efetivamente prestado ampla ajuda aos prefeitos, não deixa que nenhum deles fique sem solução para os problemas no âmbito da sua área; não espera que o prefeito vá até a SANEPAR, mas pessoalmente vai aos prefeitos, visita os municípios e participa das reuniões das Associações.

Sabemos, nós os Deputados, das carências municipais e das dificuldades dos prefeitos, por isso acreditamos neste trabalho e entendemos ser dever desta Assembleia Legislativa deixar gravado, expressamente, nosso reconhecimento a NIVALDO KRUGER, em nome dos prefeitos paranaenses.

#### REQUERIMENTO N° 1695

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja feita a instalação urgente do saneamento comunitário rural para as seguintes comunidades rurais que formam a "APROSANTA" Associação dos Pequenos Produtores de Santa Luzia, Linha Três Palmeiras, Linha União, Santa Rita e Santa Terezinha, localizada nos Municípios de São Jorge do Oeste - PR e São João - PR, no sentido de melhorar as condições de Saúde e Saneamento do Povo Sudoestino.

Requer-se, também, que da decisão da casa, seja oficiado à Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social do Estado do Paraná e a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, dando-se ciência deste aos Membros da Associação dos Pequenos Produtores de Santa Luzia, "APROSANTA" e também, aos Prefeitos Municipais, Vice-Prefeitos, Vereadores, Executivos do PDS, PDT, PFL, PSDB e PMDB dos Municípios de São Jorge do Oeste - PR, São João - PR e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão do Sudoeste do Paraná, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Pequenos Produtores de Santa Luzia - APROSANTA, visa prioritariamente buscar soluções em grupos paralelamente para contribuir na qualidade de vida da família rural através do Saneamento Comunitário Rural, APROSANTA, que congrega 102 famílias entre as comunidades de Santa Luzia, Linha Três Palmeiras, Linha União, localizadas no Município de São Jorge do Oeste, e Santa Rita, Santa Terezinha, localizadas no Município de São João.

Reivindicam e anseiam pela instalação urgente do saneamento comunitário rural que vai beneficiar mais de 1.300 pessoas que residem nas comunidades que formam a APROSANTA, as crianças destas comunidades são as principais vítimas da falta de saneamento nas propriedades que resultam em problemas como a verminose, desnutrição, desidratação, anemia, fome e outras mais.

Santa Luzia fica distante do Município de São Jorge do Oeste 13km, Linha Três Palmeiras fica distante do Município de São Jorge 9 km, Linha União fica distante do Município de São Jorge do Oeste 11 Km, Santa Rita fica distante do Município de São João 14 Km, Santa Terezinha fica distante do Município de São João 16 km.

Devido às longas distâncias que separam as comunidades das sedes dos municípios, reivindicamos juntamente com as comunidades que formam a APROSANTA pela urgência da instalação do saneamento comunitário rural. Porque sabemos que:

85% das famílias não possuem fontes e poços protegidos; 70% das famílias não possuem privadas higiênicas; 85% das famílias não possuem água encanada, 85% das famílias não possuem chuveiro.

Temos a certeza que o povo de São Jorge do Oeste, somado ao povo de São João, municípios do bravo Sudoeste, também apóiam esta justa reivindicação da APROSANTA.

#### REQUERIMENTO N° 1967

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Carlos Sant'Ana, Digníssimo Ministro da Educação, solicitando a inclusão de Campo Mourão, no programa de implantação de unidades avançadas do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET - PR.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão, polariza uma vasta região, formada por 22 Municípios, contando

com uma população superior a 650 mil habitantes, com elevado número de jovens, que anualmente se obrigam a procurarem formação técnica na Capital do Estado.

O CEFET-PR, vem instalando unidades avançadas em alguns Municípios do interior do Estado do Paraná, aumentando assim as possibilidades e acesso à tão conceituada Escola.

#### REQUERIMENTO N° 1701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Presidente da Companhia de Habitação do Estado do Paraná, reivindicando para que sejam promovidos estudos de viabilização para a construção de 50 casas populares no Município de JURANDA.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Município que se destaca pelo surto de desenvolvimento alcançado nos últimos tempos. Juranda é hoje mais uma das muitas cidades paranaenses que enfrentam um sério problema decorrente do aumento da população: a falta de moradias.

Atualmente, um elevado número de moradores daquele Município são obrigados a pagarem aluguéis, comprometendo com isso o planejamento financeiro da família.

Levados por isso, inúmeros moradores vieram até nós, solicitando que reivindicássemos junto a este órgão, estudos no sentido de se construir no prazo mais breve possível, 50 unidades populares, reduzindo parcialmente o drama daqueles que não dispõem de um teto para morar.

Pelo exposto, peço o apoio e empenho da direção da Companhia de Habitação do nosso Estado.

#### REQUERIMENTO N° 1702

Senhor Presidente.

De conformidade com suas atribuições regimentais, o Deputado que a este subscreve, REQUER, após manifestação do Douto Plenário, envie-se ofício ao Senhor Presidente da Companhia de Habitação do Estado do Paraná, reivindicando estudos da viabilização, que objetivem a construção de casas populares no distrito de Rio Verde, Município de JURANDA.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação prende-se ao fato de atualmente o Distrito de Rio Verde enfrentar um sério problema de Habitação, principalmente na classe baixa da população, o que motivou a população de lá a nos procurar, para solicitar uma tentativa de solu-

ção do caso.

Sei das dificuldades para construção de habitações populares, mas gostaria que na medida do possível, fossem promovidos estudos para atendimento àquela gente.

#### REQUERIMENTO N° 1703

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, DD. Sr. DELSO JOSÉ TRENTIN, solicitando a construção de duas (02) salas de aula, na Escola Estadual Vila Urupês, localizada na Vila Urupês do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição baseia-se no fato da referida escola contar com aproximadamente 750 alunos, alojados em 06 salas e nas dependências do Salão Nobre. A construção de mais 02 instalações dariam condições para que a escola pudesse ministrar aulas no período diurno em solicitação à alta procura que é incapacitada pela falta de espaço físico e também pudesse absorver os novos alunos, provenientes do complexo habitacional construído e entregue recentemente nos fundos da mesma, composto por 144 apartamentos.

#### REQUERIMENTO N° 1704

Senhor Presidente.

Usando de suas atribuições regimentais, o Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício, em Regime de Urgência, ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, reivindicando a construção de acostamento na rodovia VASSILIO BOIKO, que liga os Municípios de Nova Cantu a Campina da Lagoa, no trecho compreendido da "encruzilhada Sebastião Henrique Lopes até o Rio Caratuva, espaço este de aproximadamente 1500 metros.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A reivindicação acima exposta nos foi promovida pela comunidade de São José, Município de Nova Cantu, a qual se encontra localizada no trecho especificado.

A mesma é embasada no fato de atualmente existir um risco bastante grande daqueles que por ali trafegam, principalmente estudantes e agricultores, que constantemente são vítimas de acidentes, alguns fatais, por não disporem de automóveis, tendo que se deslocarem a pé ou de animais, de um ponto ao outro.

Por se tratar de um pedido justo, de amplitude óbvia, desejaria que esta Secre-

taria estudasse com atenção o caso, buscando encontrar uma solução num curto espaço de tempo.

## REQUERIMENTO N° 1683

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado um ofício ao Sr. Alberto Bacarin - Superintendente da SUREHMA e ao Sr. Francisco Gomide - Presidente da COPEL para que os mesmos tomem as devidas providências quanto às reivindicações da Associação Mangueirense do Meio Ambiente - AMAMA.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) PAULO FURIATTI

## JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação encontra justificativa em expediente anexo da Associação Mangueirense do Meio Ambiente - AMAMA.

## REQUERIMENTO N° 1684

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Professor Álvaro Fernandes Dias, e ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Abrahão Miguel reivindicando a criação de três novas Varas Cíveis, duas novas Varas Criminais e outra Vara de Família e Menores.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

## JUSTIFICATIVA:

É questão de entendimento pacífico que, um país só vive com liberdade e democracia a partir da instituição de um Judiciário bem estruturado com juízes competentes e com condições dignas de trabalho.

O Município de Cascavel com uma população de aproximadamente 270.000 habitantes é servido, atualmente, por três Varas Cíveis, duas Criminais e uma Vara de Família e Menores.

É de ver-se a partir desta constatação que o Poder Judiciário em Cascavel está, tanto em número de Varas Cíveis como em Criminais, defasado quanto a expectativa de atendimento aos conflitos judiciais que lhes são interpostos.

É de relevar-se, também, o contingente das condições que vem sendo oferecidas até essa quadra ao seu desempenho.

A emperrada estrutura, não obstante a limitação de material e pessoal, que dificulta a celeridade processual, está, também, basicamente comprometida pelo número ínfimo das Varas em atuação. Mais do que uma reivindicação, neste momento, esta é uma premência.

## REQUERIMENTO N° 1692

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando aos mesmos que intercedam de forma desfavorável quanto a intenção do governo federal em facilitar a venda de imóveis em Brasília a parlamentares.

1. Presidente do Senado Federal, Senador Nelson Carneiro.

2. Presidente da Câmara dos Deputados Deputado Paes de Andrade.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

## JUSTIFICATIVA:

Não se concebe que num país onde o déficit de residências arde em torno de 10 milhões de unidades, e a Caixa Econômica Federal, permaneça constantemente com sua carteira imobiliária e com seus financiamentos fechados aos mais necessitados em adquirir a sua casa própria, o Governo Federal por intermédio do Presidente José Sarney, baixe a medida provisória n° 80, beneficiando Senadores e Deputados para a compra dos imóveis funcionais em Brasília em número de 432, em condições vantajosas para os parlamentares.

Essa minoria de brasileiros (os parlamentares) que já tem grandes vantagens financeiras às custas do contribuinte e, em muitos casos, nem comparecem ao plenário para defender a maioria de brasileiros necessitados de leis que beneficiem, estarão, caso aprovem essa transação, dando aval de que somente foram eleitos para legislar em causa própria.

## REQUERIMENTO N° 1693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias, sugerindo que fosse criada a levada a efeito uma campanha de âmbito estadual para uma conscientização geral da população, principalmente a classe estudiantil, quanto à importância e a necessidade de preservação do patrimônio público, evitando e denunciando todo e qualquer ato de vandalismo, e depredação do bem público, tais como escolas, praças, monumentos etc...

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

## JUSTIFICATIVA:

Os danos causados pela depredação nas escolas públicas, representam atualmente cerca de 30% do valor gasto pelo Estado para a manutenção e reparos em aproximadamente 3 mil escolas em todo o Estado do

Paraná. O fato constata mais uma vez a inexistência de uma política governamental eficiente na conscientização da população para a preservação dos bens públicos. No Paraná, campanhas vêm sendo adotadas em algumas escolas isoladas, por iniciativa da própria direção do estabelecimento, e também por iniciativa do próprio poder municipal, enquanto a maioria das quase 3 mil escolas existentes no Estado ficam sem nenhum tipo de proteção durante o período de férias dos estudantes.

#### REQUERIMENTO N° 1696

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes, abaixo-assinados de moradores, proprietários rurais, usuários e dependentes da Estrada IARA, solicitando o asfaltamento da mesma, no trecho que liga o Bairro Leomar/Vila Nilza no município de Iporã com a BR à 272, Km 02, no Município de Francisco Alves Pr, através do Programa Paraná Rural, além disto solicitam a construção de uma ponte sobre o rio Xambê, divisa do município de Iporã com Francisco Alves- Pr.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

#### JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento da referida estrada permitirá o escoamento da expressiva produção daquela região. Além disto, já foram efetuados levantamentos e demarcações necessárias ao pavimento asfáltico.

#### REQUERIMENTO N° 1694

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor Secretário de Estado da Fazenda:

1 - Qual o calendário de cobrança do I.P.V.A, adotado pela Secretaria da Fazenda para o exercício de 1989?

2 - Qual a norma legal que autorizou a adoção desse calendário?

3 - Quais os motivos que levaram a Secretaria a não adotar, para a cobrança do I.P.V.A. o calendário de que trata o inciso II, da Lei Estadual n° 8.925, de 28 de dezembro de 1988?

4 - Qual a importância arrecadada de I.P.V.A. referente ao exercício de 1989 e qual a previsão orçamentária para esse mesmo exercício?

5 - Qual a importância que falta arrecadar no exercício de 1989 segundo as disposições legais em vigor nesta data?

6 - Quantos veículos foram objeto de lançamento do I.P.V.A. no exercício de 1989? Quantos pagamentos foram efetuados,

levando-se em consideração o número de veículos, e quantos deixaram de ser efetuados?

7 - O desconto de 20% previsto na Lei 8.925/88 está sendo concedido em que condições, no exercício de 1989?

8 - Quais os critérios adotados para a cobrança de multas e correções, dentro dos prazos estabelecidos pela Lei n° 8.925 e pela instrução da SEFA, no exercício de 1989?

9 - Quantas ações judiciais foram ajuizadas contra os critérios adotados para a cobrança do I.P.V.A. no exercício de 1989?

10 - Quantas liminares foram concedidas em Mandados de Segurança contra o ato da SEFA?

11 - Existem setenças transitadas em julgado? Quais as decisões já existentes?

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 1687

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, solicita a transcrição nos Anais desta Sessão, da entrevista anexa, concedida ao jornal "Correio de Notícias", pelo General Armando Patrício, eminente Comandante da 5.<sup>a</sup> Região Militar e 5.<sup>a</sup> Divisão de Exército.

A oportunidade dos conceitos ali emitidos pelo chefe militar se reveste de observações úteis sobre o momento brasileiro, principalmente por assinalar as imensas possibilidades que o País tem diante de si, desde que aproveitadas judiciosamente pela sua liderança e sua população, nos quadros de uma democracia consolidada e estável.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) ANIBAL KHURY

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 216/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ALTERNATIVA, mantida pelo CENIRAE - Centro Integrado do Atendimento Especializado S/A Ltda, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR, à Av. Munhoz da Rocha, 634.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Alternativa, mantida pelo CENIRAE, da cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tem

seus Estatutos registrados sob o n° 11.777, do Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos do 1° Ofício da Comarca de Curitiba e preenche, conforme documentação em anexo, os requisitos necessários à sua declaração de Utilidade Pública, eis que, possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, presta gratuitamente serviços à coletividade, não distribuindo dividendos ou gratificações e não remunerando os membros de sua diretoria.

Merecendo o aplauso e incentivo pelo muito que vem realizando em favor do aprimoramento do ensino especial e da integração família-escola-comunidade, bem como integrando a comunidade no contexto escolar, além de contribuir para a melhoria da adequação dos planos curriculares, promovendo também o entrosamento entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de atividades sócio-educativa-cultural-esportivas, justifica-se plenamente seja a referida associação declarada de Utilidade Pública, possibilitando-lhe a continuidade de seus trabalhos.

PROJETO DE LEI N° 217/89  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica assegurado à servidora pública que seja mãe, tutora, curadora ou responsável legal pela criação, educação e proteção de excepcional, o direito de licenciar-se de parte da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, respeitado o cumprimento de vinte (20) horas semanais.

Parágrafo único. A servidora beneficiária desta lei, deverá manter o excepcional sob sua responsabilidade, submetido a tratamento terapêutico atestado pelos órgãos competentes do Estado.

Art. 2° - Para efeitos desta lei, considera-se excepcional pessoa de qualquer idade, com deficiência comprovada e considerada dependente sócio-educacional.

Art. 3° - A licença será concedida pelo prazo de um ano, podendo ser revogada.

Art. 4° - As disposições desta lei se aplicam ao pessoal da administração direta, indireta e fundacional dos três Poderes do Estado.

Art. 5° - Aplica-se o disposto nesta lei ao servidor público, viúvo ou separado judicialmente, que tenha sob sua guarda filho excepcional.

Art. 6° - Decreto do Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.89.

(a) CAÍTO QUINTANA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Firda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente não há oradores inscritos.

No Grande Expediente, o Deputado Rafael Greca, não se encontra em plenário;

Dirceu Manfrinato, não se encontra em plenário.

Horário das Lideranças.

PDT com a palavra. (Declina).

PDC com a palavra. (Declina).

PDS com a palavra. (Declina).

PFL com a palavra. (Declina).

PRP com a palavra. (Declina).

PTN com a palavra. (Declina).

PTB com a palavra. (Declina).

PRN com a palavra. (Declina).

PL com a palavra. (Declina).

PT com a palavra. (Declina).

PSDB com a palavra. (Declina).

PMDB com a palavra. (Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados:

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Resolução n° 44/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu estou lendo aqui no item 04 da Ordem do Dia para autorização, para realização de plebiscito, no Município de Palotina, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Maripá. Ele está pedindo aqui um plebiscito em todo o Município de Palotina?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vossa Excelência consulte a Ordem do Dia.

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de referência, queiram conservar-se como estão. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 44/89, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, no Município de Palotina, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Maripá.

Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Em anexo Projeto de Lei nº 170/88). - Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/89, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA MINEROPAR - ASSEMIN, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/89, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA MARIA ANTONIETA, com sede e foro na cidade de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/89, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública o CLUBE DE CIÊNCIA NILO CAIRO, com sede e foro na cidade de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 11/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos, destinados à produção de álcool e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL Nº 01, e da EMENDA ADITIVA da Comissão, por unanimidade; e da C.I.C., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL nº 01 e da EMENDA ADITIVA da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 11/85

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas, e/ou projetos destinados à produção de álcool.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental para o seu trâmite nesta Casa de Leis.

A medida é das mais oportunas e permite que seja disciplinado o uso de áreas para a produção do álcool. Assegura dessa forma, que áreas nobres para a produção de alimentos, bem como os diferentes ecossistemas não venham a ser afetados. Assim, com um mínimo de racionalização, viabili-

zamos a produção de álcool, sem prejuízo para o conjunto de nossa agricultura.

Como a matéria se encontra dentro das normas do Regimento Interno dessa Casa de Leis, opinamos favoravelmente à Emenda Substitutiva nº 1 apresentada pelo nobre Deputado autor do projeto.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei, pela emenda substitutiva nº 1.

Sala das Comissões, em 12.05.1987.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA  
PROJETO DE LEI Nº 11/85

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, estabelece a competência ao Poder Executivo, através das Secretarias da Agricultura, Interior e Indústria e Comércio, para normalizar o zoneamento agrícola, para implantação ou expansão de áreas e ou projetos destinados à produção de álcool.

O projeto é altamente meritório, uma vez que pretende a preservação dos solos mais férteis para a produção de alimentos básicos, recomendando o plantio de cana, para produção de álcool, nas regiões cujas áreas de solos sejam derivados do arenito caluá.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar seus aspectos legal e constitucional, manifestou-se favoravelmente à Emenda substitutiva de nº 01, aposta pelo próprio autor.

Esta Comissão de Agricultura, pelos motivos expostos e não encontrando óbices quanto ao mérito, é de parecer favorável pela aprovação da Emenda substitutiva nº 01, e contrária a de nº 02.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.1987.

(aa) DOMINGOS SCARPELINI

Presidente

SABINO CAMPOS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 11/85

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos, destinados à produção de álcool.

Objeto de apreciação por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu da mesma parecer favorável, opinando pela aprovação da Emenda Substitutiva nº 01, aposta pelo próprio autor.

Já a Comissão de Agricultura, considerando, que o projeto "pretende a preservação dos solos mais férteis para a produção de alimentos básicos", opinou favoravelmente ao mesmo.

No que deve esta Comissão de Finanças observar, destacamos o elevado mérito da medida proposta, salientando, inclusive, que a mesma não implica em qualquer despesa por parte do Poder Público.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação. Com Emenda Aditiva nº 03 em anexo.

Sala das Comissões, em 30.09.1987.

(aa) QUIELSE CRISÓSTIMO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Emenda Aditiva de nº 03 ao

PROJETO DE LEI Nº 11/85

Acrescente-se ao artigo 1º, da Emenda Substitutiva nº 1, o seguinte parágrafo, ficando transformado o parágrafo único em 1º.

§ 2º - Fica limitado em vinte por cento, o total da área, por Município, cujo solo é constituído de derivados de Arenito do Caiuá, onde se propõe a implantação ou expansão de áreas e/ou projetos destinados à produção de álcool.

Ao artigo 3º, no parágrafo 1º, da Emenda Substitutiva nº 01, acrescente-se a letra d, com a seguinte redação:

c) ...

d) A obrigatoriedade de manter a cultura alternativa nas áreas propostas no projeto.

Sala das Sessões, em 30.09.1987.

(a) ALEXANDRE CERANTO

Apoiamto: QUIELSE CRISÓSTOMO.

HOMERO OGUIDO.

CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Entendendo que a iniciativa do Projeto de Lei nº 11/85, tem os seus méritos, justificando na pretensão de disciplinar a ocupação do solo na implantação ou expansão de áreas e/ou projetos destinados à produção do álcool nas regiões cujas áreas de solos sejam derivados de arenito caiuá e;

- considerando que a região Noroeste do Estado, particularmente em Umuarama e Paranavaí, onde numa área de aproximadamente de 1.342.000 hectares, das quais 95% são compostos de solos oriundos da rocha "Arenito do Caiuá";

- considerando que pelas características deste tipo de solo, a região se presta às culturas permanentes como: a cafeicultura, fruticultura, sericultura e pastagens cultivadas, produzindo alimentos de subsistência intercaladas às culturas permanentes como o feijão, milho, arroz de

sequeiros, amendoim, tomate, cebola, entre outros, além da produção de mandioca e algodão nas reformas de pastagens;

- considerando a existência de várzeas situadas ao longo dos Rios Ivai, Paraná e Piquiri, com alto potencial para multiplicarmos a produção de arroz irrigado;

- considerando que os nossos solos não aceitam mecanização intensiva, nem uso constante de maquinários que são exigidos pela cultura da cana, inviabilizando tecnicamente esta cultura em relação aos nossos tipos de solos, que permitem no máximo o uso de tração animal;

- considerando que a região, ainda preserva uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, sendo que dos 36.000 estabelecimentos rurais existentes, 85% deles possuem áreas menores que 50 hectares, que com a expansão da cana haveria o desaparecimento da pequena e média propriedade, pelo avanço da monocultura e pelo empobrecimento do solo;

- considerando ainda que temos a maior Parque Cafeeiro do Estado com 118 milhões de covas, cultura esta que tem contribuído decididamente para o suporte econômico regional;

- considerando, que há a necessidade de que a classe agrônômica se manifeste a respeito;

- é que proponho uma emenda aditiva ao presente projeto no intuito de limitar este avanço às terras de "Arenito de Caiuá" em 20% (vinte por cento) da área total, por Município, inserido nesta região, quando do zoneamento agrícola para a implantação ou expansão de área e/ou projetos destinados à produção de álcool, além de que devemos garantir a obrigatoriedade de existência de culturas alternativas nesta área.

Portanto, antes de sermos contrários à presente proposta, procuramos com os produtores, em particular, ao que sugerimos a presente emenda.

PARECER

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 11/85

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Paulo Friatti, o projeto de lei em questão dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos, destinados à produção de álcool e dá outras providências.

Amplamente apreciado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, veio a merecer da mesma parecer FAVORÁVEL à Emenda Substitutiva nº 1, aposta pelo próprio autor, por se encontrar dentro do disposto nas normas do Regimento Interno, além de não apresentar qualquer outro impedimento.

Além disso, a proposta permitirá o uso disciplinado de áreas para a produção do álcool, assegurando dessa forma que áreas nobres para a produção de alimentos não venham a ser afetadas. Com isso viabilizaremos a produção de álcool sem prejuízo para o conjunto de nossa agricultura.

Já a Comissão de Agricultura, levando em consideração que o projeto pretende a preservação dos solos mais férteis para a produção de alimentos básicos, opinou FAVORAVELMENTE ao mesmo.

A Comissão de Finanças, no que lhe cabe analisar, ressaltou que além do elevado mérito da questão, a medida não implicará em qualquer despesa por parte do Poder Público, vem neste sentido manifestar seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do mesmo, com a emenda Aditiva nº 3, que possibilitará garantir a obrigatoriedade de existência de culturas alternativas nas áreas destinadas à produção de álcool, limitando em 20% o total da área, por município, cujo solo se constitui de derivados de arenito do caluá.

Esta Comissão de Indústria e Comércio chamada a opinar de conformidade com o Regimento Interno, vem a seguir os votos das Comissões supracitadas, pelos motivos acima expostos.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, pela APROVAÇÃO da Emenda substitutiva nº 1, e da Emenda Aditiva nº 3, apostas ao Projeto de Lei nº 11/85.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.87.

(aa) ANTONIO BÁRBARA  
Presidente  
NELSON VASCONCELLOS  
Relator.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 11/85

Art. 1º- Compete ao Poder Executivo através das Secretarias de Estado da Agricultura, Interior e Indústria e Comércio estabelecer o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos destinados à produção de álcool.

Parágrafo Único - A localização dos projetos agrícolas e industriais destinados à produção de álcool no Estado do Paraná, nos municípios com área de solos derivados do arenito caluá, dará prioridade para exame e aprovação.

Art. 2º- O Poder Executivo, através das Secretarias de Estado da Agricultura, da Indústria e do Comércio e do Interior, promoverá a análise dos projetos agrícolas e industriais, de modo a subsidiar as decisões da Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL) no que tange ao enquadramento destes no Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL).

Parágrafo Único - As Secretarias de

Estado referidas neste artigo articular-se-ão estabelecendo normas para a análise e tramitação apropriada dos projetos a serem submetidos à CENAL.

Art. 3º- A análise dos projetos tratados nesta Lei obedecerá os seguintes critérios:

- a) ocupação atual do solo;
- b) estrutura fundiária;
- c) categoria de produtores;
- d) compatibilização com outros programas, federais ou estaduais, destinados à produção de alimentos;
- e) preservação do meio ambiente.

§ 1º- A Secretaria de Estado da Agricultura recomendará procedimentos específicos sobre:

- a) tecnologia de cultivo;
- b) rotação e/ou consorciação com cultura alimentares;
- c) práticas conservacionistas.

§ 2º- A Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio levará em consideração a adequação do projeto à política industrial paranaense.

§ 3º- A Secretaria de Estado do Interior considerará os seguintes critérios:

- a) poluição dos mananciais e cursos d'água;
- b) poluição atmosférica;
- c) poluição pela inadequada destinação do vinhoto;

Art. 4º- Fica vedado às instituições financeiras controladas pelo Estado do Paraná conceder qualquer tipo de apoio, inclusive financeiro, a projetos agrícolas ou industriais, destinados à produção de álcool, que não respeitem os preceitos do art. 1º e seu parágrafo único, ou não tenham sido aprovados na forma prevista pelo art. 3º.

Art. 5º- Fica assegurado às usinas de álcool em funcionamento, a oportunidade de expandirem a sua capacidade, até o dobro daquela aprovada no projeto original, desde que os investimentos já realizados em máquinas, equipamentos e obras civis, quando da implantação, sejam considerados, relevantes para a expansão pretendida.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.85.

(a) PAULO FURLATTI.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE Nº 02

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a dispor sobre o zoneamento agrícola, referente à produção de álcool no Estado do Paraná, mediante proposta das Secretarias de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º- O decreto que regulamentará esta matéria, deverá ser baixado pelo Poder Executivo dentro de 90 (noventa) dias

após a publicação desta lei.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Apesar de acreditarmos que a iniciativa do Projeto de Lei nº 11/85, é das mais louváveis, vimos-nos na contingência de apresentar esta Emenda Substitutiva, pelo fato do mesmo conter quase que exclusivamente matéria própria de regulamentação e não de lei.

Além do mais, esta Assembléia não pode aprovar um plano de lei que infrinja totalmente dispositivo contido no § 2º do Art. 123, do Regimento Interno.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados Eduardo Baggio e Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando o cancelamento do regime de urgência, bem como a retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 11/85. Aprovado.

Fica portanto, retirado por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 11/85:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 43/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 20/89), que autoriza o Poder Executivo a alienar a Dinor Benazzi, a área de terras devolutas com 201 hectares, incorporadas ao patrimônio do ITCE, no Município de Marilena, Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE Nº 01

DE PLENÁRIO,

AO PROJETO DE LEI Nº 43/89.

Incluir mais um artigo ao Projeto nº 43/89, nos seguintes termos:

Art. 2º - O valor total arrecadado pela alienação referida no artigo 1º constituirá receita do Fundo de Desapropriação e Colonização destinada à aquisição de novas áreas para assentamentos.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Nelson Vasoncellos, Raul Lopes, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Algaci Túlio.

Em votação a emenda. Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 113/89, de autoria do Deputado Homero Oguido, que declara de Utilidade Pública o CENTRO OCUPACIONAL DE LONDRINA, com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 31/89, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que denomina "DEPUTADO BENEDITO LÚCIO MACHADO", o auditório "A" do Edifício Tancredo Neves. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 267/88, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública o MOVIMENTO ECOLÓGICO MATER NATURA, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. nº DA. nº 96/88, de 19.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 267/88

PARECER:

1º - O Deputado Paulo Furiatti propõe seja declarado de Utilidade Pública o "Movimento Ecológico Mater Natura", com sede e foro em Curitiba.

2º - O projeto veio bem instruído, cabendo destacar o relatório de atividades da entidade onde fica demonstrado a sua participação e trabalhos na área ecológica. Provou a existência de personalidade jurídica, registrada junto ao cartório competente.

3º - Nosso parecer é favorável, pois atende aos requisitos da Lei Estadual nº 6994, de 10.01.78, e não viola a Constituição e as demais leis:

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 267/88

PARECER:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido parecer, o presente Projeto de Lei nº 267/88, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, que visa declarar de Utilidade Pública o MOVIMENTO ECOLÓGICO MATER NATURA, com sede e foro em Curitiba.

A citada entidade através de documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar ter interesse para o consumidor a sua declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução nº 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso Parecer FAVORÁVEL opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.89

(aa) LINDOLFO JÚNIOR  
Presidente  
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 278/88, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que denomina RODOVIA JOSÉ MIGUEL LINO, o trecho entre o Município de Rosário do Ivaí, até o Município de Grandes Rios. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 101/88, de 27.09.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 278/88

PARECER:

1º- Propõe o ilustre Deputado José Domingos Scarpellini, projeto de lei denominando JOSÉ MIGUEL LINO, o trecho da rodovia entre Rosário do Ivaí, até o Município de Grandes Rios.

2º- O projeto, bem justificado, presta merecida homenagem ao farmacêutico pioneiro da referida região, posto que originário das Minas Gerais, no Paraná viveu por mais de cinquenta anos.

3º- Lembra bem o autor o pioneirismo do prático profissional que, pioneiramente, supriu as necessidades de atendimento aos doentes.

"Corri terras e mares apartados, buscando à vida algum remédio ou cura".

(Camões, soneto 49, obra completa, Ed. N. Aguiar S/S./88).

4º- Com o remédio e a cura buscou o homenageado deixando a vida, marcar sua passagem humana e solidária.

Preste-se-lhe a homenagem, em placa na rodovia e em memória para sempre. Favoravelmente opinamos.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS  
Presidente  
NEREU CARLOS MASSIGNAN  
Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 278/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado José Domingos Scarpellini, o plano de lei em tela tem por finalidade denominar de RODOVIA JOSÉ MIGUEL LINO, o trecho compreendido entre o Município de Rosário do Ivaí, até o Município de Grandes Rios.

Encontra-se a proposta devidamente justificada, vindo pois a prestar uma merecida homenagem ao cidadão que supriu as necessidades de atendimento aos doentes, no desempenho de sua profissão de farma-

cêutico pioneiro da referida região.

Entre outros feitos, ele foi o grande idealizador da construção do Hospital Municipal de Rosário do Ivaí.

Nos planos legal, constitucional ou regimental inexistem óbices à tramitação normal da proposta, pelos demais órgãos desta Casa de Leis, sendo pois o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao ser chamada a opinar, vem a se pronunciar Favoravelmente, opinando pela APROVAÇÃO da proposta em exame.

É o parecer.

Sala as Comissões, em 07.06.89.

(aa) ACYR MEZZADRI  
Presidente  
HERMAS BRANDAO  
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 300/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do "Caput" o artigo 1º da Lei n° 5.872 de 11 de novembro de 1968. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 111, de 25.10.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 300/88

PARECER:

I - O ilustre Deputado Anibal Khury, propõe alteração do art. 1º, da Lei n° 5872, de 11 de novembro de 1968.

II- O presente projeto objetiva corrigir erro do número de imóvel, objeto de doação que na citada lei, foi designado n° 145, sendo correto n° 945.

III -Provada está a necessidade de corrigir o erro e nada havendo jurídico e constitucionalmente que impeça sua aprovação, opinamos favoravelmente.

Parecer favorável.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS  
Presidente  
NEREU CARLOS MASSIGNAN  
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 337/88, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que cria o Distrito Administrativo de Relisberto, no Município de Curitiba, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 131/88, de 08.12.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 337/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Tadeu Lú-

cio - Machado, o projeto de lei em questão visa criar o Distrito Administrativo de Felisberto, no Município de Curitiba, com as divisas que especifica.

Pela justificativa apresentada, trata-se de uma justa e antiga reivindicação dos habitantes de Felisberto, a elevação desta à categoria de Distrito Administrativo.

Com a nova configuração político-administrativa, vários benefícios virão aos habitantes daquela localidade, sendo portanto uma medida justa e oportuna, que espero venha a ser acatada pelos Membros desta Colenda Casa.

Esta douta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a opinar, entende que nos planos legal, regimental ou constitucional, inexistem óbices que possam vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta, pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela Aprovação do Projeto de Lei nº 337/88.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 145/89, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmas" - A.P.A.E., com sede e foro na cidade de Palmas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 51, de 13.06.89).

Comissão de Constituição e Justiça  
PROJETO DE LEI Nº 145/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Antônio Annibelli, objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmas - A.P.A.E., com sede e foro na cidade de Palmas.

Ao proceder à análise legal do presente plano de Lei, notamos a sua conformidade com a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que estipula normas para a declaração de Utilidade Pública, tendo a associação adquirido personalidade jurídica a mais de um ano, como prova o registro sob nº 129, do livro A-02 do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos daquele Município, realizado em 26 de abril de 1988. A entidade não remunera, a qualquer título os cargos da diretoria e não distribui lucros aos diri-

gentes, de acordo com o que especifica o Art. 4º, Capítulo II, do Estatuto da Instituição.

Sendo assim, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, opina FAVORÁVELMENTE pela PROVAÇÃO do presente projeto de lei, nada encontrando que possa legalmente impedir a sua tramitação processual legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 08.08.1989.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 66/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Funcionários da SETR/DER, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 15, de 03.04.89).

Comissão de Constituição e Justiça  
PROJETO DE LEI Nº 066/89

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Funcionários da SETR/DER, com sede nesta Capital:

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 201/89, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ivaí, Estado do Paraná, área de terra constituída pelos imóveis que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 72, de 17.08.89).

Comissão de Constituição e Justiça  
PROJETO DE LEI Nº 201/89

PARECER:

De autoria do ilustre Parlamentar Djalma de Almeida César, o presente projeto de lei, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Ivaí, Estado

do Paraná, área de 10,50 alqueires (aproximadamente 25 hectares) de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar quanto ao aspecto legal e constitucional da matéria nada encontra que possa impedir a norma tramitação da mesma por esta Augusta Casa de Leis.

A presente proposta é ato de maior importância, uma vez que traduz a concretização de investimentos para o Município de obras públicas e sociais de grande relevância, embasados nos ideais daquela Administração Municipal.

Assim sendo, somos pelo parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.1989.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 45/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Tibagi, para que a população decida sobre a criação do Município de Ventania. (Em anexo Projeto de Lei nº 199/89). Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 45/89

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Tibagi, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Ventania.

I - Com o Município de Ibaiti

Começa na foz do Rio Preto no Rio do Peixe ou Laranjinha; sobe por este até atingir a linha divisória do Município de Arapoti;

II - Com o Município de Arapoti

Começa no Rio do Peixe ou Laranjinha no ponto onde o mesmo cruza a atual divisa do Município de Arapoti com o Distrito e futuro Município de Ventania; sobe pelo Rio do Peixe ou Laranjinha até a sua cabeceira onde encontra a linha divisória do Município de Pirai do Sul;

III - Com o Município de Pirai do Sul

Começa na divisa atual do Município de Pirai do Sul com o Distrito de Ventania, na Cabeceira do Rio do Peixe ou Laranjinha; daí por linha seca de divisa intermunicipal alcança a cabeceira do arroio Quebra Perna; desce por este até a sua foz no Rio Fortaleza;

IV - Com o Município de Tibagi

Começa na foz do arroio Quebra Perna

no Rio Fortaleza; desce por este até a foz do Rio Vorá; sobe por este até encontrar as divisas das Fazendas Fortaleza e Marques, donde por linha seca alcança a BR-153; cruzando a mesma até o Rio Faisqueira, na divisa com o Município de Telêmaco Borba;

V - Com o Município de Telêmaco Borba

Começa na Fazenda Fortaleza, no Rio Faisqueira, sobe por este até sua cabeceira, donde por linha seca alcança a cabeceira de um afluente sem nome que faz foz na Água do Pinhal; por este abaixo até sua foz no Ribeirão Vorazinho; por este acima até sua cabeceira, donde segue pelo espigão divisor de águas até alcançar o Ribeirão Jaguatirica, pelo qual desce até sua foz no Rio Alegre; por este acima até alcançar a divisa da Fazenda Monte Alegre; pela divisa na referida fazenda até alcançar o Ribeirão Passo do Pedroso, pelo qual desce até encontrar a linha divisória do Município de Curitiba;

VI - Com o Município de Curitiba

Começa no Ribeirão Passo do Pedroso na linha divisória do município de Curitiba; pelo Ribeirão Passo do Pedroso abaixo, até sua foz no Rio do Engano; por este abaixo até sua foz no Rio Preto, pelo Rio Preto abaixo até sua foz no Rio do Peixe ou Laranjinha, início do perímetro.

PERÍMETRO URBANO

Tem como ponto inicial e final o Marco 0 P.P. na margem da Rodovia BR-153 a 37° 30' NO, segue pela referida rodovia, passando pelo Marco 3, às margens da Estrada de Ferro, seguido pela Rodovia BR-153 até o Marco 6, por linha reta e seca, cruzando a estrada do Cerne, passando pelos marcos 9 e 12 até o 13, por linha reta e seca até o Marco 15, nos fundos do Cemitério, por linha reta e seca até o Marco 20, daí por linha reta e seca, cruzando a Estrada de Ferro e a Estrada do Cerne, na saída de Pirai do Sul, passando pelo Marco 21 até o Marco 22, daí por linha reta e seca, rumo a Oeste, até o Marco 23, daí por linha reta e seca, rumo Norte, cruzando a Estrada para Telêmaco Borba até o marco 25, daí por linha reta e seca, rumo Noroeste até o Marco 26, daí em linha reta e seca até o Marco 0 P.P., na margem da Rodovia BR-153, ponto inicial e final.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

Sabino Campos

Relator

Sobre a mesa, requerimento de nº 1686, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o item 05, Projeto de Lei nº 11/85, foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi retirado por dez sessões.

Requerimento de nº 1685, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1689, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1688, de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1683, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1687, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 1684, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1693, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1695, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1694, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - De quem é o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Do nobre Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transfiro para amanhã.

Requerimento de n. 1654, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem, Senhor Presidente). Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Rafael Greca pedindo informa-

ções ao Secretário de Segurança Pública, queiram levantar-se.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Senhor Presidente, eu dispenso a verificação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) **Aprovado** o requerimento.

Requerimento de n. 1655, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1698, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1690, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1691, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1692, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1696, de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1697, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1701, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1702, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1703, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1704, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1656, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem), Senhor Presidente. Solicito que este requerimento também seja endereçado ao Senhor Secretário porque é do mesmo teor.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) **Procede.**

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEO - (Pela Ordem)  
Senhor Presidente).

Na ocasião da votação do Projeto n. 11/85, no item 5 da pauta, Vossa Excelência colocou em votação a retirada de pauta por dez sessões.

É isso?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Esta Presidência registra com satisfação a presença do Prefeito de Cianorte, Edno Guimarães.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem),  
Senhor Presidente.

Eu solicito desta Presidência que me inscreva para explicações pessoais.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Eu vou colocar o nome de Vossa Excelência para explicações pessoais, já.

Vossa Excelência tem a palavra para explicações pessoais.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente.

Apenas para dar ciência a esta Casa, de que na data de ontem, em Brasília, aconteceu uma reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária, o nosso conhecido CONFAZ; e pelo que nos foi dado a conhecer através de algumas reportagens na televisão e algumas notícias publicadas nos jornais de todo o País, acreditamos nós, algumas medidas que lá foram adotadas, por certo, não são e não serão do agrado, principalmente da classe produtora paranaense.

Numa rápida observação que tivemos a oportunidade de fazer constatamos que, um benefício que era destinado à suinocultura e à avicultura, principalmente à avicultura de corte, esse benefício foi suprimido, foi eliminado e que diz respeito ao crédito presumido do ICMS. Crédito presumido significa dar um desconto na alíquota, porque entendem os próprios tributaristas que já na razão que o suíno, ou que o frango ingere, que nos medicamentos que se utilizam para o combate das doenças ou prevenção das mesmas, já está embutido uma certa parcela de ICMS e de outros tributos e por isso é que se dá este crédito presumido e que agora, pelo que nós temos de informações e são poucas, diga-se de passagem este crédito presumido da suinocultura e da avicultura estão sendo eliminados.

Isto sem sombra de dúvida virá, em nosso entendimento, em prejuízo desses dois importantes segmentos, que estão atravessando crises já há muitos meses e há muitos anos. Todos nós somos testemunhas da crise da suinocultura, da crise da avicultura, o preço do frango agora ainda caiu um pouco nos últimos dias, e nós va-

mos buscar estas informações, e quem sabe até, na próxima semana a gente, através do Bloco Parlamentar Agropecuário, promova uma reunião entre as entidades produtoras, as indústrias e também quem sabe, com a vinda do Secretário Haully e de sua assessoria, inclusive na tarde de hoje estaremos viajando com o Secretário Haully e procuraremos obter dele as informações acerca deste assunto, acerca desse acontecimento de ontem no CONFAZ.

Fica o registro da retirada do crédito presumido do ICMS para a avicultura e suinocultura e a nossa preocupação com os possíveis desdobramentos desfavoráveis para este assunto.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu envieí, por escrito, à Mesa, mas gostaria de solicitar de Vossa Excelência que registre a presença do Prefeito de Cianorte, Edno Guimarães.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 43, 113/89

e do Projeto de Resolução n. 31/89

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 267, 278, 300 e 337/88, 66, 145 e 201/89.

e do Projeto de Resolução n. 45/89

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 320/88, 98, 143, 160, 174 e 194/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 23 DE AGOSTO DE 1989.

"NÃO HÁ LIDERANÇA QUE SE ASSENTE  
SOBRE O DERROTISMO"

General Armando Patrício

Correio - General, o País atravessa a maior crise de credibilidade dos últimos tempos - da classe política, das instituições. Antigamente, eventos como a Semana do Exército e Semana da Pátria eram comemoradas pela população e hoje ficam mais restritas aos quartéis. Isso reflete uma

falta de civismo, resultado deste descrédito?

Armando Patrício - Não. Eu acredito que isso seja uma situação conjuntural que reflete, de certa forma, uma falta de patriotismo, mas que na realidade pode ser pesquisado com maior profundidade. Este ano, por exemplo, aqui em nossa capital, as comemorações da Semana da Pátria tiveram uma acolhida favorável pelo governo do Estado e ele mesmo tomou a si a iniciativa de organizar uma programação muito atraente que vai envolver toda a sociedade do Estado. Então, eu tenho a impressão que essas deficiências que a gente encontra nesse setor de civismo se devem mais a falta de um fator indutor. Ele existindo, eu acho que as coisas podem, naturalmente - particularmente se reportando aos tempos do passado, quando realmente havia uma participação - eu acho que está existindo a falta de um elemento catalizador. É o que está acarretando isso. Mas eu acho que a Semana da Pátria, aqui, será condignamente comemorada. Pelo menos, nós, que temos participado das reuniões realizadas pelo governo do Estado, acreditamos nisso.

Correio - Então o Senhor concorda que hoje não é igual...

Armando Patrício - Na realidade, a gente sente que houve um arrefecimento. Pode ser que existam algumas causas, particularmente os estabelecimentos de ensino se acomodaram um pouco. Mas eu acredito que na juventude, particularmente, haja a mesma receptividade. Desde que tocada convenientemente, ela responde afirmativamente. Aqui, em nossos quartéis, a receptividade de nossos conscritos é excelente e não são muito diferentes do aluno de um outro educandário, de uma universidade. Eu acho que eles, conduzidos, alertados sobre este aspecto, reagem positivamente.

Nós temos problemas. Problemas de um País que está em crescimento. Nós prestamos um verdadeiro desserviço ao País se ficarmos a propagar pessimismo, derrotismo. Não há liderança que se assente sobre derrotismo. Nós temos que infundir é o otimismo, o trabalho. Nós temos que nos convencer que seremos grandes pelo nosso trabalho e não vamos ficar esperando que caia do céu, como gracioso. Nós temos que nos convencer que será com muito trabalho, muita firmeza e determinação que nós vamos chegar a dias melhores.

A mensagem é do general Armando Patrício, comandante da 5.<sup>a</sup> Região Militar e 5.<sup>a</sup> Divisão de Exército que, na sexta-feira, recebeu a reportagem deste Correio para uma entrevista exclusiva, quando falou, além das comemorações da Semana do

Exército (que teve início na própria sexta-feira e que culmina no próximo dia 25, dia consagrado ao Soldado) e da Semana da Pátria, sobre questões nacionais, deixando claro que não admite que se fale em crise num País com a pujança e a riqueza do Brasil. Uma entrevista a jornalista Roseli Abrão com fotos de José Adair "Gogô" Gomercino.

Correio - Como o senhor analisa manifestações como de Cazuza por exemplo, que cuspiu na Bandeira, de roqueiros que dizem que "morar neste País é como ter a mãe na zona..."

Armando Patrício - São manifestações isoladas, algumas até caracterizando uma irreverência, mas que não caracterizam um quadro geral. São demonstrações isoladas que eu acredito, caracteriza algumas falhas de lideranças. Talvez seja um posicionamento da escola, da Igreja, mesmo dos quartéis. As vezes uma deficiência, uma falha que condiz a essa situação. Mas eu acho que é perfeitamente recuperada. Essa situação é recuperável. É só querer. Aliás, a gente vê, por exemplo, a imprensa de hoje focalizar o investimento do Antônio Ermínio de Moraes de um bilhão e meio de dólares. Está acreditando no País. Há uma revista semanal em que aparece uma entrevista de um universitário português escolhendo o Brasil, dizendo que é aqui que ele quer ficar, que é aqui que todos temos que ficar. São demonstrações positivas. Eu acho que nós temos que acreditar na pujança e na grandeza deste País. Eu, sinceramente, não entendo que se fale em crise nacional num País que está com o emprego praticamente estabilizado, continua exportando, há receita, há um saldo comercial na balança altamente positivo. Então os nossos índices não correspondem a uma situação tão pessimista como se alardeia.

Correio - Então o senhor acredita que a crise é de liderança?

Armando Patrício - Eu acho que, na realidade, a crise é da sociedade de um modo geral, e particularmente das lideranças. Porque, eu acho, temos tudo para acreditar na pujança e na grandeza desse País. Agora não vamos culpar determinados setores. Se há culpa, a culpa é geral. Todos nós temos responsabilidade porque afinal de contas todos nós temos uma família, somos chefe de família. A culpa também é nossa. Então se culpar governo ou um setor ou outro, eu acho que a culpa é geral. Todos nós temos responsabilidades nessa situação.

Correio - General, há um sentimento na

população mais recentemente, inclusive, o presidente da Associação Comercial do Paraná, Carlos Alberto Pereira de Oliveira colocou isso num artigo que escreveu de que na época dos regimes militares a situação não era tão triste financeiramente falando como hoje, não havia tantas carências. O brasileiro podia se dar ao luxo de ter dinheiro no bolso...

**Armando Patrício** - Os militares estão voltados e devotados para a sua atividade. Essa é a nossa posição. Nós estamos preocupados com os nossos problemas. Claro, cada um pensa nos problemas do País, mas eu acho que há segmentos, há lideranças capazes de conduzir os destinos do País. Nós estamos voltados para as nossas atividades e estamos muito bem nessa situação.

**Correio** - E se falou muito, também em função da crise, de que as eleições presidenciais corriam risco. Hoje já não se fala tanto nisso...

**Armando Patrício** - As declarações dos ministros conduzem a que o processo deve transcorrer com toda naturalidade...

**Correio** - Como o senhor vê o quadro à sucessão presidencial?

**Armando Patrício** - Não vejo...tenho meu ponto de vista pessoal. Mas é pessoal e não posso declarar como comandante da região.

**Correio** - São muitos os brasileiros que vão votar pela primeira vez para presidente da República. Muitos deles lamentam que na realidade, não há alternativas, que nenhum candidato empolga...

**Armando Patrício** - Eu acho que o jovem que realmente é maduro porque a maturidade não é problema de idade, não é? Nós temos jovens maduros e eu acredito que o jovem maduro já sabe em quem votar.

**Correio** - General posso insistir num ponto? A gente gostaria que o senhor analisasse a situação do País...

**Armando Patrício** - Eu, sinceramente, não vejo pelo menos a crise que se alardeia. Eu acho que existem dificuldades. Dificuldades conjunturais, mas que serão perfeitamente vencidas pela pujança deste País. Este País tem tudo para ser grande. É preciso que nós todos tenhamos a dimensão do que o País representa. Se todos nós tivermos a dimensão da grandeza que o País tem, esse País será grande. Todos nós temos que ter a consciência de grandeza desse País. Tem tudo para ser grande.

**Correio** - Como o senhor analisa as propostas de alguns candidatos à Presidência em relação ao Exército?

O Collor, por exemplo propõe a criação de um Ministério da Defesa, que ficaria a cargo dos civis; o Lula quer que os militares cuidem apenas da defesa externa; outro propõe novas atribuições ao Serviço Nacional de Informações?

**Armando Patrício** - São propostas que devem ser analisadas com oportunidade mas o quadro já está perfeitamente definido pelo pensamento expresso pelos ministros das pastas militares e esse é o pensamento da força.

**Correio** - Vamos falar um pouco sobre as festividades da Semana do Exército e da Semana da Pátria. Parece que há novidades...

**Armando Patrício** - Na realidade nós estamos vivendo hoje (sexta-feira) o primeiro evento da Semana do Exército, teremos no quartel do 20º BIB a abertura oficial da Semana do Exército que se prolonga por toda a semana e culmina no dia 25 com uma solenidade militar aqui em nosso quartel. E para nós, da 5ª Região Militar, essa semana foi enriquecida com o fato que nos trouxe muita satisfação.

A nossa Região Militar acaba de receber uma denominação histórica. As organizações militares que têm muita tradição já têm uma vida longa, elas recebem uma denominação histórica e a nossa acaba de ser contemplada com a denominação de "Região Heróis da Lapa". O que é muito oportuno porque nós estamos vivendo o centenário da República e sem dúvida alguma o Cerco da Lapa é um dos fatos mais importantes dessas comemorações. No dia 24 nós vamos receber da comunidade da Lapa, o nosso estandarte que tem a denominação de "Região Heróis da Lapa". Esse talvez seja um dos grandes fatos significativos dessa comemoração.

Temos também, e vai ocorrer no domingo (ontem) uma tradicional competição aqui que é a corrida do facho, já é tradicional e teve inspiração na irradiação do facho no fogo simbólico. E teremos inserida neste contexto o lançamento do edital da permuta do quartel do 5º BELOG pela construção de um novo quartel aqui no Pinheirinho. Provavelmente no dia 24, nós teremos uma reunião em que iremos lançar oficialmente, dar conhecimento do edital, e mostrar outros detalhes dessa permuta.

**Correio** - Há um prazo para que esse novo quartel seja construído?

**Armando Patrício** - Neste caso, eu

acredito, a firma vencedora certamente terá interesse de construir o mais rápido possível para poder dispor do local. Porque a condição é a seguinte - constrói e depois de construída é que ocupa as instalações. E nós temos já um número bastante razoável de empresas de porte que estão interessadas nessa permuta. Para nossa satisfação temos cerca de 20 candidatos fortes. E à semelhança do nosso quartel, aqui que foi construído também desta forma. Houve uma permuta do nosso quartel que era no centro da cidade por essa construção aqui. Então à semelhança, nós vamos fazer aqui o 5º BELOG.

**Correio** - O senhor falou da Semana do Exército. E a Semana da Pátria?

**Armando Patrício** - Eu gostaria de falar sobre a Semana da Pátria principalmente porque você colocou no início da entrevista sobre o sentimento de civismo, patriotismo está tão decadente. Mas este ano, o governo do Estado se propõe a realizar uma Semana da Pátria como entendemos nós seja uma festa nacional. E que todos participem dela. Foi criado até um slogan: "A Pátria somos todos nós", e sobre esse slogan eu acho que todos os segmentos da sociedade vão participar. O desfile militar vai ser reduzido ao máximo. Nós teremos uma participação, mas o desfile será cívico-militar. Mais cívico do que militar. Nós temos participado de reuniões e gostaríamos que a cidade participasse disso tudo. Por exemplo, todo mundo enfeitar a fachada de sua residência. É só comparecer às festividades, pois tem uma programação intensa e muito bem elaborada pelo governo do Estado. Eu acho que nós podemos transmitir de Curitiba para o Brasil uma experiência que eu creio vai ser muito bonita. Está previsto para a abertura, que

será no dia 2, que será uma solenidade muito bonita, concerto sinfônico, com corais, e está prevista uma caminhada até a Rua das Flores. Eu acho que é uma manifestação muito bonita e que se esquecendo divergências partidárias. Tribunal de Justiça, todos irmanados, comemorando a Independência que, final de contas, é de todos nós. Então eu acho que isso que você disse que está acontecendo, nós vamos encontrar um clima propício para mostrar que os tempos antigos estão aí presentes. Eu acho que é falta só de tocar. Eu acho que o governo do Estado está tocando nesse ponto com muita felicidade.

**Correio** - O senhor vê com otimismo o Brasil, não?

**Armando Patrício** - Eu sou um daqueles que acredito neste País, na sua pujança. Já alguém no passado disse que se nós quisermos - eu acho que foi Tiradentes - faremos deste País um grande país e eu acho que se nós quisermos realmente, isso será uma realidade. Os ingleses têm uma expressão que reflete muito bem o que eles pensam sobre a sua Inglaterra, que é o *Wish* que significa querer. Se nós quisermos tudo aquilo que os outros conquistaram, nós conquistaremos. Porque temos tudo para isso.

Temos espaço físico, temos riquezas naturais, riquezas minerais, natureza foi tão pródiga com o nosso País, tão rica que eu acho que se depender de nós, e se nós quisermos, realmente faremos uma grande Nação. Inexoravelmente isso acontecerá. É uma questão de tempo. Se a gente quiser fazer força, será mais rapidamente. Mas isso é inexorável. Nós seremos a curto ou a médio prazo a grande Nação que se sonhou. O País tem vocação de grandeza. É preciso que seus filhos tenham também."